

5 – Jornalismo como ação cultural pela emancipação: por uma práxis jornalística alternativa

5.1 – As ideias freireanas de libertação

O educador brasileiro Paulo Freire afirma que sistemas de opressão desumanizam tanto o opressor como o oprimido. Por isto, entende ele que a ação dos oprimidos liberta tanto eles como os seus próprios opressores. Isto porque, segundo Freire, uma relação de dominação implica necessariamente em uma desumanização. (FREIRE, 1987)

Esta afirmação de Paulo Freire vai de encontro a concepção aristotélica de que a servidão de outros é condição *sine qua non* para a liberdade dos “homens livres”. Segundo Arendt, expondo esta concepção de Aristóteles:

O domínio sobre as necessidades tem então como alvo controlar as necessidades da vida que coagem os homens e os mantém sob seu poder. Mas tal domínio só pode ser alcançado controlando a outros e exercendo violência sobre eles que, como escravos, aliviam o homem livre de ser ele próprio coagido pelas necessidades. O homem livre, o cidadão da polis, não é coagido pelas necessidades físicas da vida nem tampouco sujeito à dominação artificial de outros. (ARENDR, op cit, p. 159)

Esta ideia de que a liberdade de uns depende fundamentalmente da opressão de outros tem origem, segundo a mesma Arendt, na contradição exposta pelo mito da caverna de Platão, entre o isolamento do filósofo na busca da essência e a dificuldade de interação com os demais membros da caverna presos à aparência. Por isto que a ideia de liberdade nesta tradição de pensamento vai no sentido do isolamento e de uma pretensa autonomia perante a outro ou outros.

A grande inovação exposta no pensamento de Freire é pensar que os processos emancipatórios são construídos coletivamente. Para Freire, “ninguém se conscientiza separadamente dos demais. A consciência se constitui como consciência do mundo.” (op cit, p. 8) Isto porque para o pensador brasileiro um sistema de opressão objetifica o oprimido e desumaniza o opressor, a medida que contrói uma relação não entre seres humanos mas sim entre um ser que se pretende vivo e outro que se considera objeto. Para fundamentar este pensamento, Freire lembra a ideia de necrofilia fundamentada por Erich From que diz o seguinte:

Enquanto a vida se caracteriza pelo crescimento de uma maneira estruturada, funcional, o indivíduo necrófilo ama tudo que não cresce, tudo que é mecânico. A pessoa necrófila é movida pelo desejo de converter o orgânico em inorgânico, de olhar a vida mecanicamente e como se todas as pessoas viventes fossem coisas. Todos os processos, sentimentos e pensamentos da vida se transformam em coisas. A memória e não a experiência, ter e não ser, é o que conta. O indivíduo necrófilo pode realizar-se com um objeto - uma flor ou uma pessoa - unicamente se o possuir; em consequência uma ameaça a sua posse é uma ameaça a si mesmo; se perde a posse, perde o contato com o mundo. Ama o controle e o ato de controlar, mata a vida. (FROM apud FREIRE, op cit, p. 29)

Assim, é na perspectiva do *diálogo* que Freire constrói sua ideia de emancipação. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”, afirma Freire. A libertação é, assim, uma *práxis coletiva*.

O raciocínio de Freire segue a seguinte lógica: os mecanismos de opressão se expressam, simbolicamente, pela naturalização das condições de hierarquia existentes. É em função desta naturalização das hierarquias que emerge o conceito freireano de *cultura do silêncio*.

Na citação a seguir, Freire aprofunda mais o seu conceito de cultura do silêncio articulando-o com o passado de colonização.

Só é possível compreender a cultura do silêncio se a tomarmos como uma totalidade que é, ela própria, parte de um todo maior. Neste todo maior devemos reconhecer também a cultura ou culturas que determinam a voz da cultura do silêncio. (...) A compreensão da cultura do silêncio pressupõe uma análise da dependência enquanto fenômeno relacional que acarreta diversas formas de ser, de pensar, de expressão, tanto da cultura do silêncio quanto da cultura que tem voz. A sociedade dependente é, por definição, uma sociedade silenciosa. Sua voz não é autêntica, mas apenas um eco da voz da metrópole – em todos os aspectos, a metrópole fala, a sociedade dependente ouve. O silêncio da sociedade-objeto face à sociedade metropolitana se reproduz nas relações desenvolvidas no interior da primeira. Suas elites, silenciosas frente à metrópole, silenciam, por sua vez, seu próprio povo. Apenas quando o povo da sociedade dependente rompe as amarras da cultura do silêncio e conquista o seu direito de falar – quer dizer, apenas quando mudanças estruturais radicais transformam a sociedade dependente – é que esta sociedade como um todo pode deixar de ser silenciosa face a sociedade metropolitana. (FREIRE, 1976: pp. 70-71)

Os escritos de Freire foram produzidos como reflexões das suas atividades como educador entre camponeses de países da América Latina, daí a sua constante articulação com a colonização. Diante disto, é importante salientar que os mecanismos de opressão expressos na cultura do silêncio na sociedade brasileira ocorrem como produto de um passado colonial, como uma perenidade de uma tradição marcada pelo patrimonialismo, colonialismo e escravismo.

Outro pensador latino-americano, Martin Baró aponta os obstáculos de natureza objetiva e subjetiva para a democracia no continente latino-americano. Entre os obstáculos de natureza objetiva, Martin Baró cita a concentração do poder

econômico nas mãos de uma elite oligárquica, a ação imperialista dos Estados Unidos legitimada ideologicamente pela doutrina de segurança nacional e o poder militar constituído de forma a conter as reivindicações populares. (MARTIN BARO, 1985)

Já quanto os aspectos subjetivos, Martin Baró afirma que

Desde un punto de vista psicosocial, el terreno privilegiado de la ideología dominante en un orden social es el "sentido común" o, como dice Garfinkel, la "cultura común". El sentido común está constituido por todos aquellos presupuestos que hacen posible la vida cotidiana, la interacción "norma:l" entre las personas, aquellos elementos que se asumen como obvios y por ello mismo nunca o rara vez se someten a cuestionamiento y revisión. Todo lo que en una sociedad se estima como "de sentido común" ES identificado con "lo natural", situándolo de esta manera por encima de las vicisitudes históricas. Cuando las exigencias objetivas de un sistema social logran articularse como exigencias subjetivas de sentido común que se traducen en hábitos, rutinas y roles estereotipados, puede afirmarse que ese sistema ha echado raíces. (idem, p. 105)

Esta naturalização dos processos sociais de que falam Freire e Martin Baró apontam para um “fatalismo” no qual a pobreza, os problemas sociais, as precariedades são produtos da própria forma de ser.

La cultura de los pueblos latinoamericanos no constituye la raíz básica de su subdesarrollo, como parecen afirmar ciertos enfoques psicologistas. Sin embargo, sí es cierto que esa cultura logra cerrar el universo de sentido en el que los grupos y las personas se mueven, disorientando la percepción de la realidad e inhibiendo así los procesos de cambio. Es claro que el fatalismo latinoamericano, ya sea referido a un presunto orden natural o a la voluntad de Dios, ha bloqueado importantes dinamismos históricos. (idem, p. 105)

Esta vontade divina que sustenta uma cultura de opressão, como demonstra esta afirmação de Martín Baró hoje é expressa pelo poder do espetáculo midiático, das celebridades

mediatizadas que transformam a sua vida em *sonhos de consumo*.

Daí então é que os aspectos opulentos da vida de tais celebridades espetacularizadas pela mídia ganham notoriedade e audiência, transfigurando o chamado *interesse público*, no sentido da relevância pública, isto é, dos impactos que determinados fenômenos tem no conjunto ou na maioria da sociedade, em *interesse DO público* que se legitima única e exclusivamente pela curiosidade e preferências individuais.

O *interesse do público* é a principal busca das empresas de comunicação pois isto significa maior audiência, mais leitores, mais consumidores.

Estruturalmente, a cultura da opressão é produto da Ação Direta do Capital, esta que na busca pela desintermediação política das relações sociais transfigura tudo em relações mercantis de consumo. As celebridades são produtos de consumo, as suas narrativas (explícitas ou não) são discursos publicitários de incentivo ao consumo.

Freire fala da sujeição construída na relação de trabalho, a naturalização segundo ele se dá na medida em que os trabalhadores não percebem que o mundo vivido é produto do trabalho coletivo, do qual *eles são sujeitos*. O conceito de Freire é muito próximo da ideia de “fetichização da mercadoria” de Marx dado, segundo ele, pela alienação por parte dos produtores (a classe trabalhadora) em relação aos produtos transformados em mercadorias e submetidos a uma relação de valores de troca.

A perspectiva de Genro Filho (op cit) de uma possibilidade emancipatória no jornalismo em função das imediaticidades compartilhadas é interdita, aqui, não apenas pelo “controle” dos meios de comunicação, seja por conta do poder político ou econômico, como ele afirma em sua obra, mas por outra intermediação simbólica existente neste compartilhamento de imediaticidades feito pelas mercadorias fetichizadas.

Paulo Freire contrapõe à cultura do silêncio, o conceito antropológico de cultura. Segundo Lima

Freire era coordenador do Projeto de Educação de Adultos do Movimento de Cultura Popular do Recife quando lançou o círculo de cultura, mais tarde denominado contexto teórico. (...) Utilizando recursos visuais para debater temas levantados pelos próprios participantes, Freire e seus companheiros tentavam ‘ou clarificar situações ou buscar a ação derivada dessa clarificação’. Inúmeros aspectos da realidade brasileira da primeira metade dos anos 1960 foram discutidos nos círculos de cultura. (...) A experiência do círculo de cultura foi a origem imediata do famoso método de Freire para educação de adultos. Mas a discussão fecunda dos diversos aspectos da realidade brasileira também deu origem àquilo que Freire chamaria mais tarde de ‘temas dobradiça’. Trata-se de temas não sugeridos pelos analfabetos e são apresentados pelo professor-aluno, O conceito antropológico de cultura foi o primeiro desses temas dobradiça utilizados por Freire antecedendo ao início do processo de alfabetização propriamente dito. (LIMA, 2011, pp. 114-115)

O conceito antropológico de cultura foi elaborado a partir da discussão de situações existenciais em que é explicitada a relação de transformação da natureza operada pelos seres humanos, independente da sua condição social. Toda a realidade que cerca o ser humano é produto do trabalho humano no qual todos participam de uma forma ou de outra, ainda que muitas vezes não tem consciência disto.

Nos círculos de cultura, Freire mostrava imagens de seres humanos tirando água do poço, caçando, pescando, plantando, enfim, *intervindo* na natureza para construir suas condições de existência. Isto ocorre desde processos mais simples, como exemplificados nos círculos de cultura até os mais complexos, como por exemplo, as cadeias produtivas globais do capitalismo contemporâneo que articulam desde trabalhos científicos complexos com extração de matérias primas em condições precárias – tudo para produção de produtos com alto valor tecnológico agregado,

Ao descobrir-se como ser produtor e, mais que isto, que a condição humana é dada pela ação social sobre a natureza, o conceito antropológico de cultura estabelece-se como a antítese da cultura do silêncio (em que há uma naturalização das condições e de um *mutismo* perante a uma realidade que se apresenta como acima – e não como produto – da ação humana).

É desta contradição que surge a proposta de Freire de entender a educação como *ação cultural*.

Não há nenhum outro contexto em que o conceito de cultura se revele tão claramente em Freire como no de ação cultural. A ação cultural é equiparada a educação, não podendo ser adequadamente compreendida sem um conhecimento prévio tanto do conceito de cultura do silêncio como do conceito antropológico de cultura. Pode-se dizer ainda que a ação cultural é o conceito mais dialético da linguagem relacional de Freire, cuja explicação é tão difícil quanto sua apreensão. (LIMA, op cit, p. 130)

O pensamento de Paulo Freire aponta para uma ruptura com uma tradição epistêmica de se considerar o ser humano em uma dimensão autocentrada, de forma que os problemas

ontológicos residem na relação com o outro – o outro sempre visto como potencial adversário ou como um limitador da sua liberdade (expresso, por exemplo, na propensão a agressividade no pensamento freudiano).

Por isto, pensamentos construídos com base nesta tradição epistêmica, mesmo aqueles de natureza crítica, oscilam entre as possibilidades e as interdições funcionais da humanidade. No limite, apontam para uma emancipação com base em uma perspectiva de práxis intelectual (reapropriando-se da ideia hegeliana de *espírito absoluto*).

É neste sentido que Paulo Freire critica, além dos mecanismos educacionais que reproduzem a lógica da opressão, as tentativas de “emancipação” construídas sem o diálogo com os oprimidos. Este é o sentido da frase contida na obra *Pedagogia do Oprimido*: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”.

O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a sua luta por libertação. Não um diálogo às escâncaras, que provoca a fúria e a repressão maior do opressor. O que pode e deve-se variar, em função das condições históricas, em função do nível de percepção da realidade que tenham os oprimidos é o **conteúdo** do diálogo. Substituí-lo pelo anti-diálogo, pela sloganização, pelos comunicados, pela verticalidade é pretender a libertação dos oprimidos com instrumentos de domesticação. Pretender a libertação destes sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair em um engodo populista e transformá-los em massa de manobra. (FREIRE, 1994: p. 29)

A dialogia é, então, mais que um mero procedimento metodológico, mas sim um componente fundamental em uma

ação cultural emancipatória ou ação cultural para a liberdade como Freire denomina a sua proposta educativa.

Esta ideia da dialogicidade em Freire é fundamental para, a partir das considerações das potencialidades do jornalismo expostas por Genro Filho, construir um conceito de jornalismo alternativo como uma *ação cultural emancipatória* ou uma práxis jornalística emancipatória.

5.2 – *Jornalismo como ação cultural emancipatória*

A construção de uma proposta de jornalismo como práxis emancipatória parte dos seguintes pressupostos:

1º.) Há uma potencialidade no jornalismo expresso na teoria de Genro Filho de ser um momento de compartilhamento das imediaticidades que proporciona o ser humano ver-se como partícipe do processo histórico. Ainda que haja uma limitação no sentido de que o fato do jornalismo ser uma forma de conhecimento da realidade cristalizada na singularidade dos fenômenos, é evidente que conectar-se com o fazer cotidiano do mundo é um passo importante para a (re)construção do ser humano como agente da história.

2º.) O grande problema limitador do jornalismo como é praticado atualmente nas mídias hegemônicas é o fato dele se afastar dos princípios originários e entrar na dimensão da espetacularização dos simulacros. Com isto, os critérios de veracidade e de objetividade metodológica (não no sentido da pretensa “neutralidade”, mas sim de se alavancar em fatos e dados verificáveis empiricamente) são transfigurados para verossimilhança e espetacularização. O direito da liberdade de

expressão é, assim, modulado para “direito da liberdade de opinião” ainda que tal opinião seja falsa ou manche a imagem de outro. A liberdade de opinião como direito absoluto *conferido aos aparelhos midiáticos* constitui em uma distorção à medida que protege um direito que se expressa a partir de uma lógica patrimonial.

3º) A sociedade capitalista contemporânea, na fase das cadeias produtivas globais, se caracteriza pela desregulação das relações produtivas possibilitando a *ação direta do capital*. Com isto, o poder se dissocia da esfera política e se concentra em mãos privadas, particularmente no tripé dos monopólios do dinheiro, das armas e da indústria da comunicação e da cultura. As sociedades deixam de ser reguladas por pactos, contratos e normas para se colocarem no fluxo dinâmico do consumo – não há mais cidadãos, mas sim indivíduos consumidores. Este universo do sonho do consumismo é o cenário para atuação do jornalismo-espetáculo em que a verossimilhança passa a ser o critério norteador. Desta forma, não é possível o compartilhar imediaticidades, ainda que dentro de uma perspectiva ideológica burguesa por conta da inexistência de uma esfera pública no sentido clássico do termo, como um espaço para o debate mediado pela razão (ainda que instrumentalizada pelo capital). O que existe é um lugar-simulacro, espetacularizado com a presença de indivíduos (e não cidadãos).

Estes processos amplificam de forma geométrica a fetichização da mercadoria, transformando os próprios seres humanos em

objetos de consumo. Tudo em uma perspectiva mais radical do que a citada por Freire e Fromm citada anteriormente.

Os mecanismos opressivos se intensificam e o lugar da política vira lugar da polícia. Vários dos autores citados aqui demonstram a crise deste modelo à medida que os seus próprios valores originários (liberdade, direitos, democracia, igualdade) não são apenas distanciados, mas até *questionados* como instrumentos adequados a esta nova lógica do capital. Como disse o pensador Ernest Mandel (1985), há um esgotamento das possibilidades civilizatórias do capitalismo.

Por isto, a proposta de Freire de uma emancipação a partir da ação dos oprimidos ganha corpo neste contexto. Inclusive a própria recuperação do jornalismo.

Todos os processos sócio-políticos mencionados acima não acontecem sem resistência. E esta resistência vai ao sentido, primeiro, de se reivindicar como seres humanos viventes na sociedade e, segundo, de criar espaços de construção de sociabilidades alternativas pontuais, assistemáticas ou mais estruturadas.

Para Milton Santos, a ideia de cidadania no Brasil parte, principalmente, das classes subalternas. Em entrevista concedida a revista *Caros Amigos*, edição de agosto de 1998, Santos afirma que:

A política é feita pelas grandes empresas. Os políticos não fazem política, o aparelho de Estado não faz política, são porta-vozes. O povo faz política, os pobres é que fazem política. Porque conversam, porque conversando eles defrontam o mundo, e buscam interpretar o mundo. E agem, quando podem, em função do mundo. Creio que essa é a questão do MST. O outro aspecto é que a organização é

importante, e a desorganização também. A organização conduz obrigatoriamente a palavra de ordem, a certa necessidade imposta. Tem de ter as duas coisas. E, para voltar ao que o Sérgio sugeriu, o que as periferias revelam é um pouco disso. Só que não estamos preparados para entender. (Revista Caros Amigos, agosto de 1998, p. 27)

Mais adiante, Santos afirma que:

A gente quer repetir a interpretação do Brasil através do que aprendeu na Europa e nos Estados Unidos com a classe média, porque pobres não havia. Na Europa em que essa geração estudou quase não tinha pobre, e a classe média era defensora da democracia e do seu aperfeiçoamento. Tanto que houve a expansão da social-democracia, que era uma forma de aperfeiçoamento da democracia. E os pobres são tratados por nós, que aprendemos a epistemologia européia na universidade, como o chantilly no bolo. A gente faz a construção, depois coloca o pobre em cima. Partidos de esquerda também fazem isso. Quer dizer, a construção toda é de classe média, e depois os pobres são colados lá em cima, porque resta aquela idéia de que a classe média queria defender os princípios fundamentais da humanidade e que os pobres, coitados, não têm nenhuma possibilidade de ser visionários, porque estão no dia-a-dia, "vivendo da mão para a boca". O dia-a-dia era considerado pela antropologia e sociologia oficiais como algo que impedia qualquer vocação para o futuro. Quando é o contrário, porque quando tenho todos os dias que renovar o meu estoque de impressões, de conhecimentos, de luta, que é o que o povo faz, sou obrigado a renovar também a minha filosófica, vamos dizer assim. Quer dizer todos os dias o povo se renova, e num país como o Brasil, essa urbanização tão galopante, tão rápida, essa mudança de lugar (reivindico o assunto para a minha área) tem um papel extraordinário na produção desse outro homem, já não tão seguro, ainda que ao mesmo tempo lhe ensinam que o consumo é bom, e o façam crer que ele vai poder consumir. (idem, p. 27)

Há, assim, uma tentativa de recuperação da política no espaço ocupado pelas classes subalternas (os “pobres” na afirmação de Santos) tanto de forma organizada e institucionalizada pelos movimentos sociais, como também por fora desta “organização”, nas periferias. O movimento de reconstrução, de resignificação operado pelas classes subalternas como forma de resistência e até sobrevivência aos mecanismos de

opressão é o elemento fundante da construção deste novo espaço da política, segundo Santos.

Sendo assim, são nestes espaços vividos que residem as possibilidades de constituição de um jornalismo como forma de apropriação do conhecimento cristalizada nas singularidades. Aqui, o compartilhamento das imediaticidades vividas pode atuar no sentido da emancipação, desde que construída na perspectiva da dialogia freireana, rompendo com a cultura do silêncio, contrapondo com o conceito antropológico de cultura e se constituindo em uma ação cultural para emancipação.

A prática deste jornalismo emancipatório tem seus fundamentos próximos a ideia de “sistematização de experiências” de Oscar Jara. Este educador elaborou esta proposta metodológica como uma forma de realizar procedimentos de avaliação processual de experiências de movimentos sociais no sentido de instrumentalizar suas formas de renovação e readequação. Embora os objetivos de uma prática jornalística emancipatória não sejam necessariamente os mesmos propostos por Jara, entende-se que a sua preocupação em constituir um procedimento metodológico que parta da análise de “experiências vividas” pelas classes subalternas é um denominador comum.

Em um texto de 1994, Jara apresenta as seguintes justificativas para propor o seu método de sistematização:

... el nuevo escenario de este fin de siglo há puesto em cuestión las prácticas y las concepciones teóricas de los movimientos sociales y las ciencias sociales latinoamericanas. Nos enfretamos a nuevas preguntas y a

desavios inéditos. Es um momento histórico privilegiado para la creación, pero las respuestas a las nuevas preguntas no van a surgir de ningún otro lugar sino de la propia experiencia histórica acumulada. Lamentablemente no hemos acumulado aún los aprendizajes necesarios contenidos en esas experiencias. La sistematización, como ejercicio riguroso de aprendizaje e interpretación crítica de los procesos vividos, sigue siendo una tarea pendiente y hoy – más que nunca – puede contribuir de forma decisiva a recrear las prácticas de los movimientos sociales y a renovar la producción teórica de las ciencias sociales, desde la experiencia cotidiana de los pueblos de América Latina, en particular, de aquellas comprometidas con procesos de educación y organización popular. (JARA, 1994)

Mais tarde, Jara afirma que “la sistematización de las experiencias está comenzando a dejar de ser tarea pendiente” (JARA, 1998) pois várias iniciativas de instituições de educação popular e acadêmicas têm contribuído para gerar novos elementos para aprofundar o método e as reflexões teóricas advindas dele.

Extraíndo reflexões a partir de um estudo realizado com camponeses deslocados na Guatemala por conta da violência e da repressão política, Jara propõe que as interpretações das experiências sistematizadas devem ser “integrals e dialéticas” levando em consideração os seguintes elementos:

- Entender as experiências com todas nossas capacidades humanas (mentais, sensíveis, emotivas, intuitivas)
- Entender as diferentes etapas, as mudanças mais importantes, as razões dessas mudanças e seus efeitos. A lógica de todo o processo
- Entender como os momentos de mais dificuldades contribuíram a que se tenha maior criatividade para buscar soluções

- Entender a relação entre o pequeno e o grande, entre o particular e o geral.
- Entender a particularidade das experiências dentro da estrutura econômica, social, política e ideológica do país.
- Entender como se localiza nossa experiência no transcurso da história
- Entender como os elementos culturais e que marcam nossa identidade estão presentes em cada experiência
- Entender, a partir de várias experiências particulares, fatores que podem sinalizar para certas generalizações e reflexões teóricas. (JARA, 1998)

A proposta de Jara compreende uma observação densa de processos cotidianos e a sua reflexão constante, articulando dialeticamente com elementos conceituais. É, utilizando as categorias lucacksianas usadas por Genro Filho, um trânsito constante entre o singular e o universal. É por esta razão que

La sistematización crea nuevos conocimientos a partir de la experiencia concreta, pero, em especial – em la medida em que su objeto de conocimiento son los procesos sociales y su dinamica – permite aportar a la teoria algo que le es próprio: explicaciones sobre el cambio em los procesos. (JARA, 1998)

O método de Jara traz uma outra novidade que é a substituição do tradicional “marco teórico” por “contexto teórico”. Para ele, contexto teórico se define como um conjunto de categorias de análise que nos serve de referência para iniciar a sistematização, todos os conceitos e conhecimentos com os quais fundamentamos a prática, o que fazemos, os objetivos, prioridades e procedimentos. Ou, como ele mesmo diz, “nuestra apuesta institucional, nuestra vision del contexto

y la coyuntura, nuestras afirmaciones sobre el sentido del trabajo que realizamos” (JARA, 1998).

A distinção de contexto teórico para marco teórico está em que as categorias conceituais em um caráter mais claro de definição de posição e visão de mundo que necessariamente em repertórios de autores ou erudição.

É com base nisto que Jara entende o processo de sistematização como uma interpretação crítica, vista esta como um reordenamento ou reconstrução do processo vivido e a suas interconexões.

O principal problema da aplicação deste método em uma proposta de jornalismo é o confronto com a objetividade, um dos cânones da atividade. Entendendo a ideia de contexto teórico muito mais como uma tomada de posição, pode-se cair na armadilha de considerar o jornalismo meramente como um exercício da subjetividade e, portanto, cristalizado na dimensão da particularidade.

Jara afirma que a sua proposta de sistematização não aspira olhar as experiências com objetividade mas sim **objetivar a experiência vivida**.

Se trata de describir, ordenar, clasificar, los hechos, situaciones, pensamientos, intuiciones com los que hemos actuado em la practica, para tomar distancia de ellos, para sacarlos de nosotros mismos y proyectarlos fuera, objetivando sus características y condiciones. (idem)

As perguntas que devem ser respondidas são “por que passou isto que passou” e “por que não passaram outras coisas”. Em outras palavras, de forma “rigorosa intelectualmente” como

afirma Jara, pode-se desvendar componentes e os seus trajetos a partir de uma perspectiva processual.

Qual é a relação desta proposta metodológica de Jara a um projeto de jornalismo emancipatório?

O primeiro é que ele parte do pressuposto de uma tomada de posição (visão de mundo) assumida claramente na construção do “contexto teórico” no qual serão interpretadas as experiências vividas. Nota-se que o chamado “contexto teórico” é também produto de uma reflexão sobre posições assumidas em práticas cotidianas, em perspectivas societárias. Um jornalismo emancipatório se faz, necessariamente, por um ponto de partida de criticidade do contexto vivido – só se pretende ser emancipatório se considerar o contexto vivido como opressor. E há uma posição tomada, que é a do oprimido.

O segundo é que ele vai ao encontro da perspectiva freireana de libertação em comunhão, isto é, que a emancipação é um projeto construído coletivamente. Ao propor que as perspectivas teóricas, de posição política se articulem dialeticamente com experiências vividas, o método de Jara foge tanto de um dogmatismo teórico subjetivista como de um objetivismo raso e acrítico. É justamente isto que tem pautado o dilema do jornalismo hegemônico que oscila entre em um empirismo cético e até cínico (“as coisas são assim mesmo”) com um opinionismo que se legitima pelo subjetivismo marcado pela superficialidade dos argumentos e pelo “direito de opinião”.

O terceiro é que esta proposta metodológica vai ao encontro também da perspectiva freireana de um mundo em construção, de um ser humano que se faz permanentemente e que a sua cotidianidade é um fazer-se constante. É neste aspecto que a proposta de Genro Filho, da potencialidade transformadora do jornalismo se complementa. Não se trata apenas de compartilhar experiências cotidianas, mas mediá-las pela interpretação crítica e mediadas pela perspectiva da emancipação.

5.3 – Alguns exemplos de práticas jornalísticas emancipatórias

A realização de uma prática jornalística emancipatória na proposta elaborada no item anterior é dificultada por uma visão ainda estreita tanto pela perspectiva liberal como também doutrinária do jornalismo. Entretanto, os dois exemplos destacados abaixo, demonstram que há possibilidades de exercê-la desde que a postura do jornalista transcenda meramente a visão funcional de “expor os fatos” ou ainda querer “propagandear uma ideologia”.

Desta forma, os dois exemplos que serão expostos e analisados a seguir vem de dois periódicos diferentes em vários aspectos. Um é uma reportagem publicada no jornal “Folha de S. Paulo” em 18 de julho de 2004 sobre trabalho escravo, de autoria da jornalista Elvira Lobato. O segundo exemplo é uma pequena matéria sobre beleza feminina que saiu na edição de novembro de 2013 do jornal comunitário Notícias do Jardim São Remo.

Os dois exemplos são interessantes porque vem de modelos jornalísticos distintos (um empresarial e outro comunitário e

laboratorial), tratam de assuntos de natureza diversa – um de caráter sócio-político (trabalho escravo) e outro de comportamento (estética e beleza feminina) e, propositalmente, fez-se uma inversão de expectativas, pois a matéria de caráter sócio-político, mais comum em um jornal comunitário, veio de um jornal da mídia hegemônica; e outro, de comportamento, que seria mais esperado de um jornal comercial, de um veículo comunitário.

5.3.1 – A reportagem de Elvira Lobato e colaboradores

Em 18 de julho de 2004, a Folha de S. Paulo publicou uma extensa reportagem que ocupou cinco páginas na sua edição dominical, sobre o trabalho escravo no Brasil, com o título de “Lavoura arcaica”. Assinada pela jornalista Elvira Lobato, esta reportagem foi subdividida nos seguintes blocos informativos:

- O uso do trabalho escravo por agronegócio e pecuária de ponta
- Posicionamentos de órgãos oficiais: denúncias do Ministério do Trabalho, contestações de prefeituras dos municípios onde foram constatados a existência de trabalho escravo, críticas da OIT (Organização Internacional do Trabalho)
- Depoimentos de pessoas diretamente envolvidas no fenômeno: os empreiteiros de trabalho escravo (chamados de “gatos”), famílias que foram escravizadas e fugiram
- Informações técnicas sobre a legislação a respeito
- Posição da Pastoral (como representação de movimento social)

Além da diversidade de fontes consultadas, a reportagem da Folha de S. Paulo combina descrição de cotidianos de pessoas envolvidas (em uma das partes da reportagem, narra a saga de um trabalhador piauiense escravizado que foi resgatado diversas vezes e sempre retorna a mesma situação por conta da falta de oportunidades), ambiência (com descrição pormenorizada de aspectos do ambiente e as relações sociais decorrentes disto), personagens e consegue fazer pontes com elementos institucionais (legislação, ação de órgãos governamentais, ativistas da Pastoral, prefeituras, OIT).

O resultado desta reportagem é uma narrativa *densa* do fenômeno, articulando elementos singulares (presentes no cotidiano, personagens e ambiência) com universalidades (elementos institucionais e dados socioeconômicos) e particularidades (situações específicas e visões de mundo de personagens diretamente envolvidos no fenômeno). Com isto, a reportagem da Folha de S. Paulo saiu do mero registro do acontecimento e tenta responder as perguntas formuladas por Oscar Jara na sua proposta de sistematização de experiências: “*por que passou isto que passou*” e “*por que não passaram outras coisas*”, inclusive demonstrando os vários elementos singulares que dificultam que as medidas institucionais e governamentais tenham êxito, por melhores que sejam.

Além disto, ao iniciar a reportagem articulando a dimensão do trabalho escravo com a economia agrícola mais desenvolvida economicamente (o agronegócio e a pecuária de ponta), há neste texto jornalístico a preocupação com a *totalidade*, a inter-relação de fenômenos aparentemente distintos (a

“modernidade” do agronegócio com o “atraso” das relações de trabalho escravo).

Com isto, é possível se superar a aparente “distância” que um tema destes poderia suscitar ao universo de leitores do jornal, formado na sua maioria por uma classe média e média-alta das grandes metrópoles, permeada por relações sociais “modernas”.

A ideia de “totalidade” aproxima-se da noção freireana de que a emancipação humana é uma ação coletiva, “os homens libertam-se em comunhão”.

E é evidente que esta reportagem não é *neutra* e tem uma posição nítida de se contra o trabalho escravo. Toma uma posição e logo de cara aponta para a estrutura econômica do agronegócio como uma das responsáveis pela sua existência. O texto da reportagem nesta passagem é extremamente opinativo e usa de adjetivos, o que é incomum em matérias informativas: “[o trabalho escravo] é a face obscura de parcela do agronegócio, uma cicatriz escondida em meio à riqueza.”

Isto significa que a prática de jornalismo emancipatório tem posição explícita. Por mais que as diversas vozes – inclusive as divergentes desta posição inicial – sejam registradas, elas veem como elementos de explicação ou justificação para dialogar com a posição inicial tomada.

5.3.2 – A estética feminina vista com olhar crítico

Em outubro de 2013, a estudante de jornalismo Amanda Manara escreveu uma pequena reportagem para o jornal

laboratório “Notícias do Jardim São Remo”¹ intitulada *Beleza são-remana vai além dos padrões* na seção “Mulheres” do jornal.

A reportagem começa com uma frase de Clarice Lispector sobre beleza feminina, registra algumas declarações de mulheres entrevistadas que relacionam estética com oportunidades de emprego:

“É muito importante você se manter arrumada, é uma questão maior que a beleza. Se você for fazer uma entrevista, dependendo do lugar, você pode até ser reprovada por causa do cabelo”, afirma a comerciante Jaqueline Araújo Dantas. Esse caso aconteceu com sua irmã, que não foi aceita em uma entrevista por não ter cabelo liso. “O cara ainda falou pra ela: da próxima vez, vai num cabeleireiro, faz uma escova, arruma o cabelo. Para mim isso foi puro preconceito”. (NJSR n. 07, outubro/2013, p. 10)

Da última fala do entrevistado que foi preconceito, a matéria faz uma inteligente articulação que permite universalizar a singularidade do fato:

Essa é uma questão que vai além dos cuidados com a beleza e a aparência, tem a ver com os padrões estabelecidos pela sociedade. Por causa dessa influência das mídias, de revistas e novelas, as mulheres se sentem cada vez mais pressionadas a se manter dentro de determinados padrões. Um cabelo cacheado, bem cuidado, é tão bonito quanto um cabelo liso, mas pode causar essa impressão de não estar arrumado, por não ser tão comum e pelo fato de a maioria das mulheres quererem manter sempre o cabelo liso. (idem)

¹ O jornal Notícias do Jardim São Remo é um periódico laboratorial comunitário realizado pelos alunos do 1º. Ano de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP. Trata-se de um jornal tabloide com dezesseis páginas (incluindo um suplemento infantil com quatro páginas), de periodicidade mensal e distribuído gratuitamente aos moradores do Jardim São Remo, uma favela urbanizada que fica atrás do campus Butantã da Universidade de São Paulo. Diversos moradores do Jardim São Remo trabalham na USP na maioria em funções operacionais desenvolvidas por empresas terceirizadas. Até 2013, nos últimos oito anos, apenas um morador do Jardim São Remo estudou na universidade evidenciando a distância simbólica apesar da proximidade física.

Outras preocupações com a estética, como ter um corpo bonito, uso de maquiagem, tipos de roupas são rapidamente abordados pela matéria a partir de falas de entrevistadas. O fio condutor da matéria é discutir se tais comportamentos são produto de buscas pessoais ou por pressões externas a partir de determinados padrões de beleza impostos socialmente. Para tanto, a matéria recorre a dimensão poética de Clarice Lispector novamente quando a escritora diz: “Bonita é a mulher que é feliz”.

E, no final, coloca as preocupações com a saúde e os alertas para os exageros no uso de determinados produtos químicos e regimes sem orientação médica.

Esta matéria aproxima-se também da perspectiva de prática de jornalismo emancipatório porque busca responder as perguntas “*por que passou isto que passou*” e “*por que não passaram outras coisas*”.

Por que passou isto que passou? No caso, as pressões, em particular em entrevistas de empregos nas quais os padrões estéticos consolidados viram mecanismos de seleção, forçam as mulheres a terem determinadas preocupações estéticas. A crueldade deste fenômeno está exposta, pois a sobrevivência destas pessoas depende, muitas vezes, da obtenção de uma vaga de emprego.

A gravidade deste mecanismo de pressão ajuda a responder a outra pergunta – *por que não passaram outras coisas*. Inclusive as respostas das próprias mulheres entrevistadas que demonstram o aspecto “funcional” da busca desta estética e

até a consciência que este comportamento seletivo de emprego é produto de preconceitos afasta a ideia de que a preocupação com estética é “futilidade” e, portanto “menos importante”.

Terry Eagleton (1997) considera que o poder do capitalismo não se assenta apenas nos mecanismos ideológicos – vistos estes como “visões de mundo inculcadas” ou “falsa consciência” ou ainda “mascaramento da realidade”. Decorrem, em boa parte, por técnicas de controle social.

No caso específico abordado por esta matéria, está nítido para os entrevistados que se trata de preconceito, de uma exigência do mercado de trabalho. Entretanto, a *necessidade* de trabalhar, de obter aquela vaga de trabalho os *obriga* a ceder ante a esta pressão por um padrão estético. O que a matéria faz é tornar explícito este aspecto e ampliar o universo pela busca da beleza para além destas exigências e padrões.

5.4 – *Os limites da prática do jornalismo emancipatório*

Os dois exemplos analisados nos tópicos anteriores ao mesmo tempo em que apontam as potencialidades de uma prática de jornalismo emancipatório também expõem os seus limites.

O mais nítido deles é o fato de tais textos não apontarem para uma solução. Entretanto, na proposta de sistematização de experiências de Oscar Jara é nítida a preocupação de que esta metodologia, ao cotejar contextos teóricos com experiências analisadas, tem como resultado *problematizações* novas que devem ser refletidas pelos seus agentes. Com isto, Jara quer fugir de soluções pré-concebidas que apontariam para uma elite vanguardista, “libertadora” do outro, bem distante da

proposta freireana de construção coletiva do projeto emancipatório.

O jornalismo emancipatório que aqui se propõe vai na mesma linha. Não se trata de um jornalismo para propagandear palavras de ordem ou para disseminar determinados textos ideológicos, mas sim de assumir um posicionamento em um processo de construção coletiva de emancipação.

A dimensão *relacional* é o elemento central desta proposta. Dimensão esta que também transversaliza os pensamentos de Paulo Freire, Martin Baró e Oscar Jara. Isto porque estes autores identificam que a opressão é produto de uma *tipologia de relações* e os indivíduos se sujeitam a elas. Quando Paulo Freire propõe que a libertação é um projeto coletivo é porque ele enxerga que a emancipação só virá se houver uma *mudança qualitativa* nas dimensões relacionais entre seres humanos e entre seres humanos e a natureza. Esta é a ação cultural emancipatória que o grande educador brasileiro fala.

As duas matérias analisadas, guardadas as suas diferenças de enfoque, de natureza dos periódicos e de assuntos abordados tem em comum o foco nas dimensões relacionais. As “fontes” consultadas não são apenas pessoas que falam, mas seres sociais, inseridos em determinados contextos e lugares que sinalizam para certas falas e atitudes. Por esta razão, os aspectos estruturais macros não podem ser desprezados em práticas jornalísticas como esta – seja o preconceito nas seleções para vagas de emprego ou a estrutura econômica do agronegócio.

E aí é evidente que uma prática jornalística emancipatória tem uma posição explícita: ser contra as estruturas institucionais e não institucionais de opressão. Mas não se trata apenas de um jornalismo de denúncia, pois procura registrar como os seres humanos submetidos a este processo de opressão atuam em fenômenos singulares.

Por isto, é uma prática jornalística que constrói um olhar crítico de *personagens, cotidiano e ambiente* buscando deslocá-los da sua funcionalidade e reposicioná-los dentro de uma perspectiva estrutural.

Os limites para tal prática decorrem de uma série de elementos estruturais do jornalismo.

1º.) O fato do próprio jornalismo como instituição estar inserido dentro deste sistema social que é opressivo. Assim, não há como desconsiderar que o objetivo ideológico do jornalismo, enquanto instituição, é a manutenção da ordem vigente. Entretanto, esta ação ideológica do jornalismo é realizada no processo de interpelação do indivíduo como um ser isolado das relações sociais. O senso comum jornalístico trata a sociedade como um conjunto de pessoas, indivíduos, anódinos, com opiniões pessoais próprias e livres e as instituições como elementos potencialmente perigosos para tal liberdade e que precisam, então, ser “controlados” ou “vigilados”. Em momentos de construção de democracias institucionais, tal preocupação de vigilância é de extrema importância, porém com o deslocamento do poder para fora do universo da política em função da “ação direta do capital”, tal vigilância restrita ao elemento institucional pouco pode

esclarecer ou até ajuda a ocultar. Por isto, a dificuldade de se discutir engajamento em jornalismo. E uma prática jornalística emancipatória é, necessariamente, um jornalismo engajado. Por esta razão que práticas de jornalismo emancipatório nas mídias hegemônicas serão sempre de caráter “episódico” pois contrastam com os objetivos ideológicos do veículo. Entretanto, são uma possibilidade de se resgatar a autonomia intelectual do jornalista de que fala Bernardo Kucinsky (1999) e que foi perdida durante o acomodamento dos veículos impressos à transição política pós-ditadura, conforme se discutiu no capítulo anterior.

2º.) O fato da maioria dos projetos de jornalismo alternativo ou contra-hegemônico se preocuparem, principalmente, na disseminação das ideologias de contraposição, de desmascarar o sistema, de criticar por criticar e de propagandear as ações e posições dos grupos e segmentos subalternizados, em particular as suas entidades representativas. Com isto, o jornalismo contra-hegemônico se aproxima de um discurso de propaganda ideológica. Evidente que tal prática jornalística se explica quando é realizada dentro de órgãos de comunicação de entidades e partidos políticos, porém não se esgota aí as possibilidades do jornalismo.

Estes limites apenas sinalizam que o jornalismo não é a solução para todos os problemas da opressão, assim como também não é ele a fonte disto. Apenas que ele tanto pode ser um elemento auxiliar na construção dos sistemas de opressão e também, dialeticamente, pode ser um espaço para se construir um pensamento crítico e de superação. Ressalta-se

que se trata de um *espaço* e não um *instrumento*: isto porque a visão instrumental do jornalismo é uma armadilha que pode levar tanto a uma visão apocalíptica do jornalismo hegemônico (apenas como instrumento ideológico das classes dominantes) ou salvacionista do jornalismo contra-hegemônico (apenas como instrumento de instrumento de ação ideológica revolucionária). Nem a opressão e nem a superação dela é feita única e exclusivamente pelo jornalismo.

